GRAZIELA PRATES VIOL

**A Garantia da Educação Básica de Qualidade e os Possíveis
Instrumentos Jurídicos para sua Efetivação**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

GRAZIELA PRATES VIOL

**A Garantia da Educação Básica de Qualidade e os Possíveis
Instrumentos Jurídicos para sua Efetivação**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob a orientação da Professora Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Viol, Graziela Prates

A Garantia da Educação Básica de Qualidade e os
Possíveis Instrumentos Jurídicos para sua Efetivação ;
Graziela Prates Viol ; orientadora Nina Beatriz
Stocco Ranieri -- São Paulo, 2020.

174 p

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Plano Nacional de Educação. 2. Direito à
educação. 3. Qualidade da educação. 4. Política
educacional. 5. Políticas públicas. I. Ranieri, Nina
Beatriz Stocco, orient. II. Título.

Nome: VIOL, Graziela Prates

Título: A Garantia da Educação Básica de Qualidade e os Possíveis Instrumentos Jurídicos para sua Efetivação

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa marcada predominantemente pela solidão. Contudo, o apoio e o carinho de pessoas que tanto amo preencheram esses momentos aparentemente solitários. Assim, sou imensamente grata aos meus pais e à minha irmã pelo amor e pelo incentivo constante nas várias etapas de minha vida. Agradeço-lhes pelos pequenos e grandes cuidados de todos os dias.

Agradeço à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo pela oportunidade que me foi dada para desenvolver o Mestrado. Em especial, agradeço à Professora Nina Ranieri por ter me orientado, pelos muitos ensinamentos, pela paciência e por ter apostado em mim desde o início.

Sou grata igualmente à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, onde me graduei. Agradeço aos professores e aos meus colegas de graduação pelas lições ali aprendidas, as quais recordo e guardo com muito carinho. Sobretudo, agradeço aos meus queridos amigos de turma, Beatriz Cantieri, Carla da Silva, Flávia Mattioli e José Antônio Pozini, pela presença contínua e pela amizade de sempre.

Agradeço, ainda, aos Professores da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto que diretamente me incentivaram e auxiliaram nos preparativos para a pós-graduação: Ana Carla Bliacheriene, Eduardo Saad-Diniz, Fabiana Severi e Maria Paula Bertran.

Agradeço às amigas muito queridas que conheci em São Paulo, cujo carinho foi essencial para finalizar esta dissertação. Não tenho palavras para agradecer a amizade de cada uma de vocês: Amélia Yoshimura, Ana Carolina Oliveira, Ana Luiza Gomes, Ana Paula Bondança, Ana Paula Ribeiro, Beatriz Haddad, Beatriz Queiroz, Beatriz Sobreira, Bruna Uchoa, Carla Comino, Caroline Pereira, Cecília Hulshof, Daiane Kassada, Elisa Haddad, Flávia Ronquim, Helen Felix, Gabriela Valeriano, Jéssica Soler, Jéssica Sponchiado, Juliana Iasi, Karoline de Oliveira, Lia Mendes, Luiza Seghese, Maria Isabel Gonçalves, Mariana Reis, Michelle Claire, Míriam Cardoso, Natalia Iglesias, Tamara Mori, Tássia Tavares, Vanessa Pozzoli e Yasmin Relvas.

Agradeço, ainda, aos docentes e funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que viabilizaram a realização desta pesquisa por meio das aulas, da biblioteca e do suporte acadêmico.

Sou também grata aos meus estimados colegas dos escritórios Campos Scaff e Guilherme Sant'Anna pelo apoio ao longo do Mestrado e pelo crescimento profissional que me proporcionaram.

Agradeço à minha família linda, aos meus avós, tios e primos. Principalmente, sou grata à minha madrinha, tia Wanda, por ter me estimulado nos estudos desde pequena.

Por fim, a todas as minhas amigas queridas das diversas cidades deste Brasil, além daquelas que já mencionei, agradeço pelos ensinamentos, pela companhia e pela generosidade de sempre. Gostaria de mencionar todas nominalmente, mas infelizmente não caberia aqui, levo-as, assim, com muito carinho, em meu coração.

“One child, one teacher, one pen and one book can change the world. Education is the only solution. Education First”.

(Malala Yousafzai, 2013)

RESUMO

VIOL, Graziela Prates. **A Garantia da Educação Básica de Qualidade e os Possíveis Instrumentos Jurídicos para sua Efetivação.** 2020. 174 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A pesquisa adota o Plano Nacional de Educação vigente como marco de análise para o presente trabalho, uma vez que se delinea como uma política pública brasileira com papel de referência para as demais no setor da educação. O trabalho parte da hipótese inicial de que, neste espaço de tempo de cinco anos, o Plano Nacional de Educação de 2014, por meio de suas metas, não tem se configurado como instrumento para a garantia da educação de qualidade. Assim, questiona-se como garantir a qualidade da educação básica. São considerados os referenciais teóricos e legislativos sobre o conteúdo da educação básica de qualidade, apresentando o presente trabalho, metodologicamente, natureza qualitativa em formato de análise documental. O material explorado pretende elencar os mecanismos jurídicos necessários para que se viabilize a concretização de uma educação de qualidade. Nesse sentido, são analisados o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Sistema Nacional de Educação. Entende-se que esses mecanismos jurídicos não esgotam o tema, todavia, são imprescindíveis para a garantia da qualidade na educação. Por fim, a partir do mecanismo do Sistema Nacional de Educação e da estrutura federativa do Brasil, esta dissertação empreende um estudo de caso acerca do estado do Ceará, o qual apresenta excelentes níveis de qualidade na educação básica. Por meio desse caso, procura-se identificar funções e papéis desempenhados na prática por instrumentos jurídicos nesse ente federativo.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Direito à educação. Qualidade da educação. Política educacional. Políticas públicas.

ABSTRACT

VIOL, Graziela Prates. **Guarantee of Quality on Basic Education and Possible Legal Instruments for its Effectiveness**. 2020. 174 p. Dissertation (Master) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This research adopts the current National Education Plan as the milestone for its analysis, since it is outlined as a Brazilian public policy that provides a reference for other sectors of education. This study starts from the initial hypothesis that, in the five-year timeframe of the 2014 National Education Plan, despite its goals, it has not succeeded in guaranteeing excellence in education. Thus, the question of how to guarantee the quality of basic education appears. To answer that, theoretical and legislative references on the content of quality on basic education have been studied through a methodological qualitative analysis of documents. The explored material aims at proposing the legal requirements which are necessary to enable the achievement of excellence on education, specially considering the Initial Quality Cost per Student (in Portuguese, “Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi”), the Quality Cost per Student (in Portuguese, “Custo Aluno-Qualidade – CAQ”), the Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Appreciation of Education Professionals (in Portuguese, “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”) and the National Education System (in Portuguese, “Sistema Nacional de Educação”). Analysing only these legal mechanisms related to education is not enough; they, however, are essential to ensure the quality of education. Finally, considering the National Education System and the Federal Structure of Brazil, this master thesis undertakes a case study in the state of Ceará, in which excellent levels of quality in basic education have been noted. Through this case analysis, it was possible to identify roles and responsibilities observed on the application of legal instruments in this federal state.

Keywords: National Education Plan. Right to education. Quality of education. Educational policy. Public policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	17
CAPÍTULO 1 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	21
1.1 EDUCAÇÃO E QUALIDADE	21
1.2 O CONTEÚDO JURÍDICO DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	24
1.2.1 Princípio da garantia de padrão de qualidade do ensino	24
1.2.2 Direito fundamental à educação básica de qualidade	34
1.1.2.2 Dimensões do conceito de direito à qualidade de educação básica	51
1.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	55
CAPÍTULO 2 – A GARANTIA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	57
2.1 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DIRETRIZ CONSTITUCIONAL.....	57
2.1.1 PNE/2001 e PNE/2014: aspectos gerais	62
2.1.2 A natureza jurídica do PNE/2014	72
2.1.2.1 Metas em educação básica de qualidade no PNE/2014	79
2.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO	88
CAPÍTULO 3 – O CONTROLE DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	93
3.1 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	95
3.1.1 Índices de mensuração	95
3.2 O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	101
3.2.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	105
3.2.2 Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ)	111
3.3 O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	118
3.3.1 Federalismo, desigualdade e qualidade da educação básica	121
3.3.1.1 Aprendendo com a diversidade dos entes federados: o caso do estado do Ceará	131

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	141
CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

A preocupação inicial das políticas educacionais brasileiras se pautava na garantia do acesso à educação. Na medida em que as crianças e os adolescentes estão na escola, os problemas mudam de patamar e o atendimento se torna mais complexo, o que leva à formulação de perguntas como à que se busca responder no presente trabalho: qual é o conteúdo do direito à qualidade da educação?

Sob diversas perspectivas, é possível discutir o conceito da qualidade da educação, como o veremos no capítulo 1 desta dissertação. Nesse sentido, adotamos a qualidade da educação como princípio educacional, de natureza constitucional, de modo a ser concretizada a máxima qualidade possível nas circunstâncias fáticas e jurídicas em que está inserida. Portanto, entendemos que o direito à qualidade da educação parte da teoria dos direitos fundamentais como princípios.

Uma das principais políticas educacionais brasileiras é o Plano Nacional de Educação de 2014, sob a Lei nº. 13.005/2014, com a vigência de 10 anos. Contudo, cinco anos já se passaram desde a aprovação da referida Lei e, como será indicado no capítulo 2 deste trabalho, metas previstas neste Plano não têm sido cumpridas.

Por meio dos referenciais teóricos e legislativos sobre o conteúdo da educação básica de qualidade, explorou-se o material revisado no primeiro e no segundo capítulos a fim de elencar os mecanismos jurídicos necessários para que se viabilize a concretização de uma educação de qualidade.

Como, portanto, garantir uma educação básica de qualidade na medida em que o Plano Nacional de Educação de 2014 não tem se constituído como instrumento suficiente para tanto?

O capítulo 3 visará a responder esse questionamento ao se embasar no papel do direito como ferramenta e vocalizador de demandas.

No terceiro capítulo, os instrumentos jurídicos, Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), Custo Aluno-Qualidade (CAQ), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Sistema Nacional de Educação, serão analisados. Entende-se que esses mecanismos jurídicos não esgotam o tema, todavia, são imprescindíveis para a garantia da qualidade na educação.

A metodologia do presente trabalho, a ser pormenorizada na próxima seção, parte da denominada análise de conteúdo. Os dois primeiros capítulos apresentam um enfoque

predominantemente analítico. No terceiro capítulo, são realizadas inferências e interpretações de modo que sejam respondidas as perguntas destacadas ao longo do presente trabalho.

Depreende-se que não é possível desvincular a qualidade da educação da superação das desigualdades socioeconômicas, isto é, a qualidade na educação significa a eliminação de desigualdades.

Nesse sentido, na seção 3 desta pesquisa, vislumbra-se o papel do direito como ferramenta, ao oferecer meios, e como vocalizador de demandas, ao criar canais de participação e controle social¹, na medida em que contribui para a correção das desigualdades, em especial, no âmbito da qualidade da educação.

¹ Como será oportunamente delimitado neste trabalho, as expressões “ferramenta” e “vocalizador de demandas” e os respectivos conceitos advêm de Coutinho (2013a).

METODOLOGIA

Como garantir a educação básica de qualidade, tendo em vista que o Plano Nacional de Educação (PNE) não tem se constituído como instrumento suficiente e eficiente para tanto?

Essa pergunta é elaborada a partir da hipótese inicial de que o atual PNE, por meio de suas metas, não tem se configurado como instrumento para a garantia da educação de qualidade. Assim, questiona-se como garantir a qualidade da educação básica.

Destaca-se a relevância do Plano Nacional de Educação com previsão constitucional, adotado como marco de análise para o presente trabalho, que se delineia como uma política pública brasileira com um papel de referência para as demais no setor da educação.

Não há jurisprudência que trate com detalhes acerca da educação básica de qualidade². Assim, consideraram-se, como base teórica, os documentos existentes. Os dois primeiros capítulos apresentam um enfoque predominantemente analítico. Adotou-se a teoria dos direitos fundamentais como princípios, tendo em vista que, como princípio constitucional, a qualidade da educação pretende concretizar a máxima qualidade possível nas circunstâncias fáticas e jurídicas que a cerceiam. A partir da teoria dos direitos fundamentais como princípios e da teoria unitária dos direitos fundamentais, buscou Ximenes (2014) desenvolver o conteúdo do direito à educação de qualidade. Daí decorrem as sete dimensões defendidas pelo autor e expostas no presente trabalho.

Se comparada às políticas educacionais de acesso, é recente no Brasil a discussão acerca da qualidade da educação. Por meio dos referenciais teóricos e legislativos sobre o conteúdo da educação básica de qualidade, esta dissertação pretende elencar os mecanismos jurídicos necessários para que se viabilize a concretização de uma educação de qualidade. Tais instrumentos não esgotam o tema, no entanto, são imprescindíveis para a garantia da qualidade na educação.

Por fim, com base em um dos instrumentos jurídicos mencionados – o Sistema Nacional de Educação – e considerando a estrutura federativa do Brasil, a qual é desigual, mas tais diversidades podem ser um caminho na reprodução de experiências bem-

² Em consulta aos sítios eletrônicos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, não foi encontrada jurisprudência que debata o tema da qualidade ao pesquisar com as palavras-chave “educação básica” e “qualidade”. Ademais, em recente pesquisa de mestrado de Paro (2017): “Panorama da atuação da Procuradoria Geral do Estado em relação aos processos judiciais sobre educação no Estado de São Paulo - 2004/2016”, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, verificou-se que não há ações da Procuradoria do Estado de São Paulo que visem à garantia da qualidade.

sucedidas nos entes federativos, esta dissertação empreenderá um estudo de caso sobre o estado do Ceará, o qual tem apresentado excelentes níveis de qualidade na educação básica.

Com relação à metodologia, a pesquisa proposta apresenta natureza qualitativa em formato de análise documental.

Para tanto, adotou-se a definição de Ball (2006, p. 19), no tocante à formulação de políticas, as quais são vistas como um “processo que ocorre em arenas de luta por sentido”, e propõe a “abordagem da trajetória”, a fim de se captar como as políticas evoluem, modificam-se e decaem ao longo do tempo e do espaço, bem como as suas incoerências. Evidencia-se a mencionada abordagem da trajetória em virtude de que são entrelaçados os conceitos de educação básica, qualidade e os planos nacionais de educação.

Observa-se a importância desta pesquisa no âmbito da educação na medida em que, embora existam instituições e pesquisadores dedicados à educação, ainda é muito pouco se comparado ao que é necessário, como afirma Schwartzman (2005). Além disso, assinala o autor o imperativo de unir os resultados das pesquisas em educação às políticas governamentais.

Este trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica acerca da educação básica de qualidade em nosso país a partir do método denominado análise de conteúdo. Para tanto, houve a análise de contribuições de estudiosos de modo a estabelecer fundamentos quanto ao assunto, o que viabilizou o exame do problema de pesquisa.

De acordo com Bardin (2004, p. 27), a análise de conteúdo se configura como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, o que permite inferir conhecimentos sobre as condições de produção ou recepção de mensagens.

A autora organiza a análise de conteúdo em três principais etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados. Na pré-análise, há a organização e a escolha dos documentos a serem analisados. Formulam-se também as hipóteses e os objetivos e se elaboram os indicadores os quais contribuirão para a interpretação final (BARDIN, 2004).

Na primeira etapa, a autora sugere a realização da denominada leitura flutuante, a qual consiste em uma leitura rápida e aberta, o que possibilita a formulação de algumas impressões quanto à discussão teórica elaborada. Nesse momento, são escolhidos os documentos para a análise. Na segunda etapa, há a exploração do material reunido, em que são enumerados os dados brutos a fim de possibilitar a sua interpretação. Na terceira etapa,

é realizado o tratamento dos resultados com a finalidade de propor inferências e interpretações referentes aos objetivos da pesquisa.

Desse modo, nos dois primeiros capítulos predominantemente analíticos, houve análise de documentos acerca da teoria dos direitos fundamentais como princípios, tendo em vista que, como princípio constitucional, a qualidade da educação pretende concretizar a máxima qualidade possível. Por meio dos referenciais teóricos e legislativos sobre o conteúdo da educação básica de qualidade, explorou-se o material revisado no primeiro e no segundo capítulos a fim de elencar os mecanismos jurídicos necessários para que se viabilize a concretização de uma educação de qualidade. No terceiro capítulo, esses instrumentos foram analisados – Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), Custo Aluno-Qualidade (CAQ), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Sistema Nacional de Educação. Entende-se que esses mecanismos jurídicos não esgotam o tema, todavia, são imprescindíveis para a garantia da qualidade na educação.

Por fim, a partir de um dos mecanismos jurídicos elencados – o Sistema Nacional de Educação – e considerando a estrutura federativa do Brasil, esta dissertação apresentou um estudo de caso sobre o estado do Ceará, que mostra excelentes níveis de qualidade na educação básica. Por meio desse caso, procurou-se identificar funções e papéis desempenhados na prática por instrumentos jurídicos nesse ente federativo.

CONCLUSÃO

É um desafio a garantia do direito à educação básica de qualidade. A consecução desse direito passa por interferências de fatores intra e extraescolares. A própria desigualdade social e econômica que marca o nosso país repercute nas desigualdades de acesso a oportunidades no aprendizado. No entanto, perante tais óbices, o direito não deve se eximir de seu papel na tentativa de corrigir e equalizar tais disparidades.

O ponto de partida do presente trabalho foi o Plano Nacional de Educação de 2014, política pública de caráter estruturante com metas que visam à qualidade na educação.

A presença da sociedade civil marcou os momentos anteriores à aprovação desse plano, bem como assinala o momento atual em que se discutem mecanismos constantes nesta Lei, como o FUNDEB. O acompanhamento das metas do PNE, como o “Observatório do PNE”, revela a atuação da sociedade civil empenhada para o cumprimento das propostas ali elencadas.

Esses traços revelam a necessidade premente de que o PNE se configure como uma política de Estado e, por conseguinte, suas metas e estratégias consolidem uma educação básica pública e de qualidade.

Como apontamos e se ressalta na literatura, a grosso modo, as políticas educacionais brasileiras se pautaram na lógica da ampliação do acesso na década de 1980 com o consequente aumento da quantidade de matrículas sem uma preocupação com a qualidade; na década de 1990, a tendência da regularização do fluxo no ensino fundamental, via programas de aceleração de aprendizagem, insere os problemas de falta de qualidade; e, assim, a avaliação da qualidade passou a estar presente nos últimos anos no cenário brasileiro (OLIVEIRA; ARAUJO, 2005).

Marcos normativos internacionais, como a Declaração de Incheon, também se debruçam sobre a importância da qualidade.

Nesse sentido, surgem perguntas: qual é o conteúdo da educação de qualidade?

Como mencionamos, é polissêmico esse conceito, todavia, a fim de se balizar a qualidade da educação, adotamos o conceito jurídico. Com efeito, a qualidade da educação como princípio educacional, de natureza constitucional, visa à concretização da máxima qualidade possível nas circunstâncias fáticas e jurídicas em que está inserida. Portanto, entendemos que o direito à qualidade da educação parte da teoria dos direitos fundamentais como princípios.

Ximenes (2014) prescreve um marco conceitual do princípio da qualidade do ensino. Ele o sintetiza com base no conteúdo dos princípios constitucionais e acrescenta um princípio central pautado no financiamento de tal modo que se utilize o máximo de recursos disponíveis até a plena realização do direito à qualidade em consonância com o PIDESE.

No tocante à tradução da qualidade da educação em indicadores, tal mensuração deve implicar o aprendizado dos alunos e a redução das desigualdades extraescolares. Destarte, pode-se afirmar que não é possível desvincular a qualidade da superação das desigualdades socioeconômicas, isto é, a qualidade na educação significa a eliminação de desigualdades.

Nesse sentido, segundo Cury (2008), o desafio de um sistema único de educação está arraigado ao desafio em superar a desigualdade, o que, por outro lado, não impede a realização das normas jurídicas do nosso ordenamento. Um sistema nacional de educação passaria pela maior atuação da União na educação básica e nas redes privadas dos sistemas de ensino. Surgem obstáculos diante da implantação do referido sistema nacional, a saber: o medo da invasão indébita na autonomia dos entes federativos e de uma centralização por parte da União e o receio do “monopólio estatal”, principalmente, pelo setor privado de ensino.

Todavia, no presente trabalho, acrescentamos que não apenas é necessária a maior atuação da União, os estados também devem desempenhar papéis centrais para a garantia da educação básica de qualidade de modo que seja articulado o regime colaboração entre os entes federativos.

Entendemos, assim, que a consolidação de um Sistema Nacional de Educação depende da concretização do princípio do federalismo cooperativo. Posto isto, damos um passo adicional ao marco conceitual elaborado por Ximenes (2014) na medida em que a articulação entre os entes federados, constante na Constituição Federal e no Plano Nacional de Educação, deve ser concretizada de fato.

O CAQi, o CAQ e o FUNDEB estão presentes no princípio do financiamento na concepção de Ximenes (2014), os quais consideramos como instrumentos jurídicos imprescindíveis para a garantia da educação básica de qualidade.

Contudo, faz-se necessária a inclusão do Sistema Nacional de Educação para um completo quadro que pretenda maximizar o conteúdo da qualidade da educação.

Desse modo, podemos responder a uma das perguntas formuladas ao longo deste trabalho: o PNE/2014 é suficiente para um direito à educação básica de qualidade?

Entendemos que sim, caso ele fosse, de fato, cumprido, tendo em vista a presença dos mecanismos jurídicos, como o CAQi, o CAQ, o FUNDEB e o Sistema Nacional de Educação.

Além do mais, neste trabalho, empreendemos um estudo de caso a fim de revelar um modelo de regime de colaboração e, por conseguinte, de federalismo cooperativo, com determinadas limitações e falhas, referidas no capítulo 3, mas, por outro lado, com repercussões positivas na qualidade da educação básica. A institucionalização no regime de cooperação entre o estado e seus municípios, o método de distribuição da cota-parte do ICMS com base no desempenho dos alunos na educação, o incentivo à municipalização nesse estado, a adoção de leis como a criadora do PAIC que fortalece a cooperação entre os entes federados, a própria repercussão do FUNDEF e do FUNDEB no financiamento da educação pública do Ceará representam arranjos jurídicos tendentes à consolidação de um sistema de âmbito estadual.

Assim, a presença do direito como ferramenta e como vocalizador de demandas pode ser constatada no regime de cooperação do estado do Ceará, cuja principal função deve residir na efetivação de políticas públicas educacionais de qualidade.

Nesse sentido, nota-se a importância da concretização de um sistema na educação pública brasileira. Como prevê a estratégia 20.9 do PNE, ainda não cumprida apesar do transcurso do prazo previsto no Plano, o Sistema Nacional de Educação deve ser articulado pelo PNE/2014.

Com efeito, retomamos a figura elaborada no capítulo 3 (exposta a seguir), a qual destaca o federalismo cooperativo, o financiamento e os princípios do artigo 206 da Constituição Federal, cuja interação resulta no Sistema Nacional e cuja intersecção assinala um caminho para a educação básica de qualidade, sob o argumento do direito entendido como ferramenta e vocalizador de demandas.

Figura 2 – Dinâmica para a garantia do direito à educação básica de qualidade

Fonte: elaborado pela autora

Portanto, o Sistema Nacional de Educação está contido no âmbito do Plano Nacional de Educação de 2014, o qual se configurará como um instrumento suficiente e eficiente para a educação básica de qualidade na medida em que se tornar uma política de Estado, perene e duradoura para o setor educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

_____. Federalismo e Educação no Brasil: trajetória recente e principais desafios. *In*: ABMP, Todos Pela Educação (Orgs.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 205-220.

AGUIAR, Márcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Município, federação e educação**: história das instituições e das ideias políticas no Brasil. 2005. 333f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

ATRICON. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. **Resolução nº. 03/2015**. Aprova as Diretrizes de Controle Externo Atricon relacionadas à temática “Controle externo nas despesas com educação”. Disponível em: <<http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Atricon-n.-03-diretrizes-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de. **Painel – Diagnóstico da Ineficiência do Brasil**. *In*: 6º Fórum LIDE de Educação. São Paulo. 05 nov. 2019b. Disponível em: <<https://www.tvlide.com.br/home/15/783394f90bd6c9cdeb7c5792befc49c8>>. Acesso em 15 dez. 2019.

_____. **PEC 015/15 – FUNDEB**. Audiência Pública. Reunião Deliberativa Ordinária - 28/05/2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a (44min26s a 1h17min26s). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55685>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; COUTINHO, Diana; FRANCO; MACHADO, Laura. Aperfeiçoando o desenho do FUNDEB: por uma solução eficiente que garanta educação de qualidade para todos. Brasília. In: **PEC 015/15 – FUNDEB**. Audiência Pública. Reunião Deliberativa Ordinária - 28/05/2019. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-015-15-fundeb/documentos/audiencias-publicas/RicardoPaesdeBarros28.05.2019.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* **Sustainable Inclusive Growth in Brazil: Past Achievements and Challenges Ahead**. São Paulo, mai. 2018. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/imagens/63/03/arq_16303.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; FERREIRA, Francisco H.G. La educación y la distribución del ingreso en el Brasil urbano: 1976-1996. **Revista de la CEPAL**, n. 71, p. 43-64, ago./2000.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 7. ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

BECSKEHAZY, Ilona. **Institucionalização do direito à educação de qualidade: o caso de Sobral, CE**. 2018. 443 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). **A política das políticas públicas: progresso social e econômico na América Latina**. Relatório 2006 do BID e do David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

BILCHITZ, David. **Pobreza y derechos fundamentales: la justificación y efectivización de los derechos socioeconómicos**. Tradução de Jorge A. Portocarreto Quispe. Madrid: Marcial Pons, 2017.

BINENBOJM, Gustavo. Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o direito administrativo. **Revista Forense**. Rio de Janeiro, v. 101, n. 380, p.79-102, jul./ago. 2005.

BLIACHERIENE, Ana Carla. **Controle dos Atos Administrativos que Impactam no Patrimônio Econômico-Financeiro do Estado**. 2013. 402 f. Tese (Livre-docência em Direito Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BLIACHERIENE, Ana Carla *et al.* Descentralização do Fundeb e federalismo da política educacional: uma análise à luz do conceito de *accountability*. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 10, n. 20, p. 33-48. jul./dez. 2016.

BRANDÃO, Júlia Barbosa. **O rateio de ICMS por desempenho de municípios no Ceará e seu impacto em indicadores do sistema de avaliação da educação**. 2014. 87 f.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº. 3/2019**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8/2010, que estabelece normas para a aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Brasília: Diário Oficial da União, 29 abr. 2019. Seção 1. p. 27.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 25/2019**. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas políticas, programas e ações educacionais, em regime de colaboração, nos termos do inciso V do caput e do parágrafo único do art. 23, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191844>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Decreto nº. 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. **Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007a**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 09 jul. 2019.

_____. **Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007b**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, nº. 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº. 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em 09 jul. 2019.

_____. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Aspectos Fiscais da Educação no Brasil.** Brasília: Tesouro Nacional, 2018. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº. 45.** Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 29 abr. 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº. 410.715/SP.** 2ª Turma. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 22 nov. 2005.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº. 635.679/GO.** 1ª Turma. Relator: Ministro Dias Toffoli. Julgado em 06 dez. 2011.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. Passo a passo no Legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. In: GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de (Orgs.). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. p. 19-39.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-49.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, a. 34, n. 133, jan./mar. 1997.

BUCCI, Maria Paula Dallari; VILARINO, Marisa Alves. A ordenação federativa da Educação brasileira e seu impacto sobre a formação e o controle das políticas públicas educacionais. In: ABMP, Todos pela educação (Orgs.). **Justiça pela qualidade na educação.** São Paulo: Saraiva, 2013. p. 117-150.

CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. **A Campanha.** São Paulo. Disponível em: <<http://campanha.org.br/quem-somos/a-campanha/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CAGGIANO, Mônica Herman S. A Educação. Direito Fundamental. Os Estados e o Direito à Educação na Constituição de 1988: Comentários Acerca da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco (Coord.); RIGHETTI, Sabine (Org.). **Direito à educação: aspectos constitucionais.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 19-38.

CALLEGARI, Cesar. O financiamento da Educação Básica. *In*: ABMP, Todos pela educação (Orgs.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 223-265.

CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 22-43, jan./abr. 2013.

CEARÁ é o 7º estado mais desigual do Brasil. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/ceara-e-o-7-estado-mais-desigual-do-brasil.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CEARÁ. Lei nº. 12.452, de 06 de junho de 1995. Dispõe sobre o Processo de Municipalização do Ensino Público do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza. 1995. Disponível em: <<https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/2401-lei-n-12-452-de-06-06-95-d-o-de-27-06-95>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

_____. Lei nº. 14.023, de 17 de dezembro de 2007. Modifica dispositivos da Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2007a.

_____. Lei nº. 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2007b.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Recomendação n. 44, de 27 de setembro de 2016**. Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Recomendacoes/RECOMENDACAO_44_2016.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CNPGC. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas. **Recomendação n. 001, de 24 de outubro de 2016**. Dispõe sobre a atuação do Ministério Público de Contas no controle dos recursos vinculados e gastos mínimos em manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: <<http://www.cnpge.org.br/?p=781>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010**. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866>. Acesso em 18 fev. 2018.

CONTI, José Maurício. O Orçamento Público e o Financiamento da Educação no Brasil. *In: HORVATH, Estevão; CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury. **Direito Financeiro, Econômico e Tributário** – Homenagem a Regis Fernandes de Oliveira. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 482-496.*

COUTINHO, Diogo Rosenthal. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. Saraiva: São Paulo, 2013a.

_____. O direito nas políticas públicas. *In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013b.*

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set./2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. A educação nas constituições brasileiras. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *In: **História e memórias da educação no Brasil** – Vol. III - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-28.*

_____. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez. 2014.

_____. A questão federativa e a educação escolar. *In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 149-168.*

_____. **Os desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. Disponível em: <http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-500_jamil_cury.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 790-811, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

_____. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, ano XIII, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituição de 1823 e a Educação. *In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 31-53.*

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC/UNESCO, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010.

_____. PNE 2014/2014: avaliações e perspectivas de um plano de Estado. In: _____ (Org.). **Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. p. 9-24.

_____. Sistema Nacional de Educação, federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul.-set. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes; GROSSI JUNIOR, Geraldo; FURTADO, Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **RBP AE**, v. 32, n. 2, p. 449-461, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/67198/38375>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago. 2009.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais do regime militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 271-309.

_____. Uma nova institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 4, p. 3-15, 1997.

DUARTE, Clarice Seixas. **O direito público subjetivo ao ensino fundamental na Constituição Federal brasileira de 1988**. 2003. 328 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1988.

FUNDEB deveria receber mais recursos da União, dizem debatedores. **Agência Senado**. Brasília. 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/20/fundeb-deve-receber-mais-recursos-da-uniao-dizem-debatedores>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FURTADO, Marcelo Gasque. Padrão de Qualidade do Ensino. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco (Coord.); RIGHETTI, Sabine (Org.). **Direito à educação: aspectos constitucionais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 167-182.

GARCIA, Maria. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, São Paulo, ano 6, n. 23, abr./jun. 1998, p. 59-64.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 17. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 7, n. 7, p. 7-37, 2010.

GUIMARÃES, Ligia; IDOETA, Paula Adamo. “Qualidade para poucos não é qualidade”: novo indicador sobre educação põe desigualdade em foco. **BBC News Brasil**, São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48740349>>. Acesso em: 17 set. 2019.

HANUSHEK, Eric A. The Failure of Input-Based Schooling Policies. **The Economic Journal**, v. 113, n. 485, p. 64-98, 2003.

HORTA, Raul Machado. **Direito constitucional**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Ceará**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

_____. **Os desafios do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC /INEP, 2004.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. 3 dez. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

IDEA. **Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA)**. Disponível em: <<https://portalidea.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2019.

LEAL, Roger Stiefelmann. Pluralismo, políticas públicas e a Constituição de 1988: considerações sobre a práxis constitucional brasileira 20 anos depois. In: MORAES, Alexandre de (Org.). **Os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 73-98.

LELLIS, Lélío Maximino. **Princípios constitucionais do ensino e efeitos de sua infração pelo Estado**. 2010. 392 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEVACIC, Rosalind, ROSS, Kenneth N. Principios para diseñar fórmulas de financiación de las escuelas basada em necesidades. In: UNESCO/Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación (IIEP). **Asignación de recursos a la educación basada en necesidades**: utilizando fórmulas de financiación de las escuelas. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2002. p. 30-69.

LUCENA, Elisa Vanzella de. **O Banco Mundial e as políticas públicas para a educação básica no Brasil**: reflexões sobre o papel do Estado e o direito à educação. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

MARTINS, Paulo de Sena. A história do PNE e os desafios da nova lei. *In*: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.– Brasília: Edições Câmara, 2014. p. 9-31.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 26, n. 3, p. 497-514, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MELLO, Ediruald de. Implicações do financiamento da educação na gestão democrática do ensino público de primeiro grau. **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n. 42, abr./jun. 1989.

MELO, Cristina Andrade. Plano Nacional de Educação sob a ótica do controle. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 8-13, abr./jun. 2015.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1946**. 3. ed. revista e aumentada. Tomo VI (arts. 157-218). Editor Borsoi: Rio de Janeiro, 1960.

MODERNA; TODOS PELA EDUCAÇÃO (Orgs.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Editora Moderna Ltda.: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MPC/SP. **MPC faz recomendação a municípios paulistas em relação a gastos com educação**. 2018. Disponível em: <<http://www.mpc.sp.gov.br/recomendacao-educacao/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

NUNES, Stella Maris Lemos. **A Proficiência Matemática dos Alunos Brasileiros no Pisa 2003: uma Análise dos Itens de Incerteza**, 2013. 218 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Meta 5 – Alfabetização**. Disponível em: <<https://www.observatoriopne.org.br/indicadores/metas/5-alfabetizacao/indicadores>>. Acesso em: 20 ago. 2019a.

_____. **Meta 7 – Aprendizado adequado na idade certa.** Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metasp7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/indicadores>>. Acesso em: 20 ago. 2019b.

_____. **Meta 20 – Financiamento da educação.** Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metasp5-alfabetizacao/indicadores>>. Acesso em: 20 ago. 2019c.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). **Resumo de resultados nacionais do PISA 2015.** 2016. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Um Pagamento Baseado no Desempenho Melhora a Atuação do Professor? **Pisa in Focus**, Paris, n. 16, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/pisa_em_foco/2011/pisa_em_foco_n16.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OECD. **The Funding of School Education: Connecting Resources and Learning.** Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264276147-en>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 483-492, mai./ago. 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, abr. 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SOUSA, Sandra Zákia. Introdução. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 13-36.

PARO, João Pedro da Silva. **Panorama da atuação da Procuradoria Geral do Estado em relação aos processos judiciais sobre educação no Estado de São Paulo - 2004/2016.** 2017. 149 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 163-176.

PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio.** Imprensa: Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1857.

PINTO, Elida Graziane; PASCOAL, Valdecir Fernandes. Gasto mínimo em educação deve ser planejado e cumprido à luz do PNE. **Revista Consultor Jurídico**, 25 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jun-25/gasto-minimo-educacaoplanejado-cumprido-luz-pne>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

PINTO, Isabela Rahal de Rezende. **A discussão da qualidade do ensino no poder judiciário: a experiência norte-americana da Adequacy Litigation**. 2018. 169 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Novas fontes de financiamento e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). In: ABMP, Todos pela educação (Orgs.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 288-311.

_____. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez., 2018.

_____. O Fundeb na perspectiva do custo aluno qualidade. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015.

_____. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 2000.

_____. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 197-227, jul./dez. 2006.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. A Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, cidadania e direito à educação. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 375-396, jan./dez. 2013a.

_____. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. O direito à educação e as competências dos entes federados no Brasil: complexidade, pouca colaboração, baixa coordenação. In: PRETTO, Renato Siqueira de; KIM, Richard Pae; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **Federalismo e Poder Judiciário**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019. p. 261-284.

_____. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In: ABMP, Todos pela educação (Orgs.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013b. p. 55-103.

_____. **O Estado Democrático de Direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania pela via da educação**. 2009. 450 f. Tese (Livredocência) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na Educação: o Processo Constituinte de 1933-34. *In*: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 119-138.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 511-530, set./dez. 2015.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva; PINTO, Isabela Rahal de Rezende. O Supremo Tribunal Federal e a garantia do direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 431-454, abr./jun. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. *In*: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Orgs.). Tradução de Ricardo Silveira. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2005. p. 9-51.

SEDUC. Secretaria da Educação do Ceará. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE**. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira; os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1179-1193, nov./dez. 2018.

SCHNEIDER, Hans Peter. **Democracia y constitución**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed., 3. tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

_____. **Comentário contextual à Constituição**. 9. ed. atual. Malheiros Editores Ltda. São Paulo, 2014.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 39. ed., ver. e atual. São Paulo: Malheiros, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SINGH, Kishore. **Medidas normativas para una educación de calidad**. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la educación (A/HRC/20/21). Ginebra: ONU, 2012.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/13.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Sobre a educação básica no Brasil. **Revista USP**, n. 100, p. 9-20, 2014.

TAWIL, Sobhi; AKKARI, Abdeljalil; MACEDO, Beatriz. **Más allá del laberinto conceptual: la noción de la calidad en la educación.** Investigación y Prospectiva en Educación, n. 02, Paris, UNESCO, 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217519_spa>. Acesso em: 5 dez. 2019.

TIRONI, Sara. **Políticas públicas para educação infantil:** análise da atividade legislativa no Congresso Nacional para o setor entre 2001 e 2010. 2016. 258 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TOMASEVSKI, Katerina. **Human rights obligations: making education available, accessible, acceptable and adaptable. Right to Education nº 3.** SIDA; Raoul Wallenberg Institute of Human Rights and Humanitarian Law: Gothemburg, 2001.

UM COMPROMISSO pela educação básica. **ISTOÉ.** São Paulo. 17 jul. 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/um-compromisso-pela-educacao-basica>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

UNESCO. **Educação 2030:** Declaração de Incheon e Marco de Ação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: UNESCO, 2016.

_____. **Marco de Acción de Dakar.** Educación para Todos: cumplir nuestros compromisos comunes. 26 a 28 de abril de 2000. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121147_spa>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, set./dez. 2011.

VIEIRA, Sofia L. Educação básica no Ceará: construindo um pacto colaborativo. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p. 271-286.

VIEIRA, Sofia Lerche; PLANK, David Nathan; VIDAL, Eloisa Maia. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, mar. 2019.

XIMENES, Salomão Barros. O CAQ na meta 20 do Plano Nacional de Educação: um novo regime jurídico para a realização do padrão de qualidade do ensino. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17, p. 26–37, jan./jun. e ago./dez. 2015.

_____. **Padrão de qualidade do ensino:** desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria jurídica. 2014. 428 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, Mariana Augusta dos Santos. **Federalismo no Brasil e na Alemanha**: estudo comparativo da repartição de competências legislativas e de execução. 2016. 550 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANEXOS

Anexo A – Metas e estratégias do PNE/2014 para a educação básica de qualidade determinados em seção específica

Meta 7	Estratégias correspondentes	Estratégias com prazos para implementação
<p>Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb⁶²:</p> <p>“Objetivo 1: chegar ao Ideb 5,5 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º ano) em 2017”.</p> <p>“Resultado: meta intermediária foi cumprida e excedida dentro do prazo: Ideb de 5,8 em 2017.</p> <p>Desafios: permanecer com o histórico de crescimento desse indicador além de estabelecer formas de transições que possam impactar a próxima etapa”.</p> <p>“Objetivo 2: chegar ao Ideb 5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) em 2017”.</p> <p>“Resultado: meta não foi cumprida dentro do prazo, pois em 2017 a etapa chegou ao Ideb 4,7”.</p> <p>“Desafios: os Anos Finais não conseguem dar continuidade ao crescimento apresentado pelos Anos Iniciais, seja pelos maiores índices de evasão e reprovação observados na etapa, seja pela falta de sintonia do ensino com o</p>	<p>7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;</p> <p>Estratégia em andamento.</p> <p>7.3) constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;</p> <p>“Estratégia em andamento, com novos indicadores definidos”.</p> <p>“Indicadores já divulgados pelo INEP: nível socioeconômico, adequação da formação docente, esforço docente e complexidade de gestão escolar”.</p> <p>7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o</p>	<p>7.2) assegurar que:</p> <p>a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p> <p>“Ainda não existe um indicador disponível para o acompanhamento desta estratégia”.</p> <p>b) no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p> <p>“Ainda não existe um indicador disponível para o acompanhamento desta estratégia”.</p> <p>7.11) melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente</p>

⁶² Tabela – PNE: Metas para o IDEB

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: BRASIL, 2014

<p>amadurecimento desses jovens na entrada na adolescência. Por isso, políticas públicas que tenham o enfoque na aprendizagem dos estudantes são necessárias”.</p> <p>“Objetivo 3: chegar ao Ideb 5 no Ensino Médio em 2017. Resultado: meta não foi cumprida dentro do prazo, pois em 2017 a etapa chegou ao Ideb 3,8”.</p> <p>“Desafios: melhorar a aprendizagem e diminuir as altas taxas de reprovação e abandono no Ensino Médio, deixando a etapa mais atrativa e com o currículo diversificado. A implementação de uma Base Nacional Comum Curricular pode ajudar a induzir uma evolução na qualidade e equidade da etapa. O documento ainda não foi finalizado e, por isso, cabe a todos nós ficarmos atentos e acompanharmos tanto a sua formulação quanto a sua implementação”.</p>	<p>aprimoramento da gestão democrática;</p> <p>“Estratégia não realizada. O Portal Devolutivas auxilia, mas não assegura a autoavaliação”.</p> <p>7.5) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;</p> <p>“Estratégia em andamento, considerando o PAR [Plano de Ações Articuladas] apresentado e aprovado pelo FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação]”.</p> <p>7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com Ideb abaixo da média nacional;</p> <p>“Estratégia em andamento. Ações direcionadas a partir do PAR e do Ideb”.</p> <p>7.7) aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;</p> <p>“Estratégia não realizada em relação à existência da avaliação de ciências para o 9º ano do EF e incorporação do ENEM ao sistema nacional de avaliação da educação básica. No entanto, quanto ao apoio ao uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas, a estratégia está em andamento, considerando o portal Devolutivas do Inep”.</p>	<p>reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:</p> <p>“Nesse indicador podemos acompanhar a evolução da porcentagem de alunos brasileiros situados no Nível 2 ou acima nas edições do PISA. Os resultados são apresentados para matemática, leitura e ciências - desagregados por gênero do aluno”.</p> <p>“[...] é possível identificar que o indicador apresentou uma ruptura no crescimento para matemática e ciências, alcançando respectivamente 29,7% e 43,4% em 2015. Já o indicador para leitura oscilou durante o período analisado, embora tenha havido uma melhora entre o ano inicial (2000) e o final (2015), de 44,2% para 49%”.</p> <p>“O Nível 2 é o que a OCDE estabelece como necessário para que o estudante possa exercer plenamente a cidadania”.</p> <p>7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;</p> <p>“O percentual de estabelecimentos de rede pública com acesso à banda larga apresentou um grande crescimento de 2008 a 2013, de 17,7% para 40,7%. Porém, ao observar apenas os dados dos últimos dois anos, percebe-se que esse percentual estagnou”.</p> <p>“A evolução desse indicador mostra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a meta de universalizar o acesso à internet seja cumprida. Apenas metade das escolas possui esse tipo de infraestrutura no Brasil”.</p> <p>“Por esse indicador, pode-se perceber a grande desigualdade</p>
---	---	--

	<p>7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos; “Estratégia não realizada. Indicadores não desenvolvidos”.</p> <p>7.9) orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PNE, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios; “O indicador mostra a diferença entre a média nacional do Ideb e as médias de regiões, estados e municípios por rede e etapa de ensino - Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio”.</p> <p>“É possível notar que as regiões Norte e Nordeste estão constantemente abaixo da média nacional (valores negativos), enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste aparecem com notas relativamente maiores (valores positivos). A discrepância entre as regiões se manteve constante entre 2005 e 2011, mostrando que a desigualdade persiste, mesmo com o avanço das notas ao longo do tempo”.</p> <p>“O indicador está disponível com dados até 2013 para unidades federativas e municípios. Os dados para as grandes regiões de 2013 não foram divulgados”.</p> <p>7.10) fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação; “Estratégia realizada, considerando a divulgação feita pelo portal</p>	<p>que caracteriza o sistema de ensino brasileiro. Mais de 70% das escolas da região Sudeste possuem computadores conectados à internet enquanto que na região Norte, esse índice é menor do que 25%. Há ainda uma grande diferença entre a rede pública e a privada no país. Enquanto menos da metade das primeiras tem acesso à internet, nas últimas o valor passa dos 80%”.</p> <p>“As informações são coletadas do Censo Escolar”.</p> <p>7.21) a União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino; “Estratégia não realizada. Parâmetros não definidos, exceto para educação infantil”.</p>
--	--	--

	<p>Devolutivas e dos indicadores de nível socioeconômico”.</p> <p>7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;</p> <p>“Estratégia não realizada. Não há registro, nem levantamento existente”.</p> <p>7.13) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;</p> <p>“Neste indicador, podemos acompanhar a porcentagem de alunos da rede pública residentes na zona rural (campo) que possuem transporte escolar público. Também é possível verificar se o poder público responsável pelo transporte escolar é municipal ou estadual”.</p> <p>“Há uma tendência de aumento na porcentagem dos alunos do campo que são transportados, no entanto, a porcentagem é de apenas 42,8% em 2013”.</p> <p>“Para o cálculo deste indicador, consideramos apenas matrículas na zona rural”.</p> <p>7.14) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;</p> <p>“O indicador mostra a porcentagem</p>	
--	--	--

	<p>de escolas com proposta pedagógica de formação por alternância em relação ao total de estabelecimentos”.</p> <p>“O indicador só existe para 2013 pois apenas a partir desse ano as escolas precisaram declarar ao Censo Escolar se tem essa proposta pedagógica”.</p> <p>7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;</p> <p>“Estratégia realizada, considerando as transferências do PDDE [Programa Dinheiro Direto na Escola] e de programas locais (para estes últimos não há levantamento)”.</p> <p>7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;</p> <p>“Estratégia realizada, se considerar que há dados disponíveis sobre o gasto com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.</p> <p>7.18) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;</p> <p>“Neste indicador, acompanhamos a porcentagem de escolas públicas da Educação Básica que possuem os itens considerados no texto da estratégia”.</p> <p>“Foram considerados os itens de infraestrutura mencionados na estratégia e que são mensurados pelo Censo Escolar, isto é, água de rede pública ou filtrada, esgoto sanitário da rede pública, acesso a energia elétrica, acesso à internet de banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e</p>	
--	--	--

	<p>laboratório de ciências”.</p> <p>7.19) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais; “Estratégia em andamento, considerando o PAR”.</p> <p>7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet; “Estratégia em andamento, considerando o Proinfo [Programa Nacional de Tecnologia Educacional]”.</p> <p>7.22) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação; Em breve.</p> <p>7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; “Estratégia em andamento. Há políticas e ações em relação ao tema da estratégia”.</p> <p>7.24) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; “Estratégia em andamento, considerando o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo”.</p> <p>7.25) garantir nos currículos escolares</p>	
--	--	--

	<p>conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;</p> <p>Estratégia não realizada.</p> <p>7.26) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;</p> <p>“Estratégia em andamento, considerando os programas da SECADI [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão]”.</p> <p>7.27) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;</p> <p>“Este indicador mostra a evolução da porcentagem de escolas indígenas ou quilombolas com currículo específico (língua na qual se ministra as aulas e material didático) para o respectivo grupo étnico”.</p>	
--	---	--

	<p>7.28) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;</p> <p>“Estratégia não realizada. Não há registro, nem levantamento de experiências”.</p> <p>“Há grupos de pesquisa e dissertações/teses trabalhando o tema da educação popular”.</p> <p>“Pode haver desdobramento de indicadores, referentes a experiências e pesquisas sobre o tema”.</p> <p>“O indicador foi elaborado através das respostas ao questionário de diretores da Prova Brasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para a pergunta sobre a forma de elaboração do projeto político-pedagógico da escola. O cálculo mostra a porcentagem de projetos que foram elaborados a partir de determinadas configurações: elaborado por professores, outros servidores, diretor, estudantes e pais; por uma equipe de professores e o diretor; uso de modelo encaminhado pela secretaria da Educação; diretor elaborou a proposta que foi mostrada aos professores para sugestões; professores elaboraram o plano e o diretor escreveu a versão final; elaborado apenas pelo diretor. Também é calculada a porcentagem de escolas em que o diretor não sabe como o projeto foi elaborado, a porcentagem de escolas que não o possuem e que não responderam ou tiveram a sua resposta anulada no questionário. Os dados são de 2009 a 2011”.</p> <p>“A forma mais comum em 2011 foi a elaborada pelos professores, outros servidores, diretor, estudantes e pais, ou seja, toda a comunidade escolar, com 40,7%, em números absolutos: 22.862 escolas. A segunda forma de escrever o Projeto Político Pedagógico (PPP) com maior número de escolas adeptas foi por uma equipe de professores e o diretor, com 18,4%, um total de mais de 10 mil instituições. O modelo do projeto encaminhado</p>	
--	---	--

	<p>pela secretaria da Educação foi adotado em 14,7%, ou 8.250 escolas”.</p> <p>“Em 5,4% (3.024) escolas, o diretor elaborou a proposta que foi mostrada aos professores para sugestões, e, em 3,7% (2.092), os professores elaboraram o plano e o diretor escreveu a versão final. Em 0,2% (115) escolas, foi elaborado apenas pelo diretor”.</p> <p>“Já, para 3,7% (2.093) das escolas, não existem projetos políticos pedagógicos e a mesma porcentagem também não respondeu ou teve a sua resposta anulada no questionário. Por fim, 1,3% (737) dos gestores não sabem como foi elaborado o documento”.</p> <p>7.29) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional; “Estratégia não realizada, exceto no que se refere ao Bolsa Família”.</p> <p>7.30) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde; “Estratégia em andamento, considerando o Programa Saúde na Escola”.</p> <p>7.31) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional; “Estratégia em andamento, considerando o Projeto de Lei sobre saúde vocal de professores. Não há levantamento definido quanto à existência de ações para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação. Em relação aos dados sobre a quantidade de licenças de</p>	
--	---	--

	<p>professores, não existe esse levantamento em nível nacional, apenas dados locais”.</p> <p>7.32) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade; “Estratégia em andamento. 18 estados mantêm sistema próprio de avaliação; não há integração”.</p> <p>7.33) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem; “Estratégia não realizada. Não há programa nacional”.</p> <p>7.34) instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional; “Estratégia não realizada. Não há legislação específica, além da LDB”.</p> <p>7.35) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação; “Estratégia não realizada. Não há legislação específica, além da LDB”.</p> <p>7.36) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar. “Estratégia em andamento, considerando experiências locais”.</p>	
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do OBSERVATÓRIO DO PNE, 2019a

Meta 20	Estratégias correspondentes	Estratégias com prazos para implementação
<p>Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.</p> <p>“Objetivo: Até 2019, aumentar o investimento em Educação pública para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) e, em 2024 para, no mínimo, 10% do PIB”.</p> <p>“Resultado: Não há um indicador que permita acompanhar o cumprimento desta meta”.</p> <p>“Desafios: Apesar da existência de indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que são estimativas do investimento público em Educação, ainda não há um indicador que capte as diversas formas de recursos públicos investidos na Educação”.</p>	<p>20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional; Estratégia em andamento.</p> <p>20.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação; “Estratégia realizada, se considerado que os dados referentes à arrecadação são transparentes pelo portal do FNDE”.</p> <p>20.3) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal; “Estratégia em andamento. Ver a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013 e dificuldades de implementação devido à ADIN nº 4.917”.</p> <p>20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de</p>	<p>20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ; Estratégia em andamento.</p> <p>20.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar; Estratégia em andamento.</p> <p>20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal; Estratégia em andamento.</p> <p>20.9) regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os</p>

	<p>audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;</p> <p>Estratégia em andamento.</p> <p>20.5) desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;</p> <p>Estratégia em andamento.</p> <p>20.10) caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;</p> <p>“Estratégia não realizada. CAQI e CAQ ainda não implementados”.</p>	<p>Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste;</p> <p>Estratégia em andamento.</p> <p>20.11) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;</p> <p>Estratégia em andamento.</p> <p>20.12) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.</p> <p>Estratégia não realizada.</p>
--	---	--

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do OBSERVATÓRIO DO PNE, 2019c

Anexo B – Municípios com os melhores desempenhos no IDEB

5º ano

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas de São Pedro	4.8	4.8	6.2	6.5	6.7	7.0	7.4	4.9	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6	6.8

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brejo Santo	2.9	3.0	4.7	5.9	7.2	8.1	7.9	2.9	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Cocal dos Alves	3.6	3.8	5.0	4.3	6.1	6.3	5.8	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Novo Horizonte	5.3	5.4	6.5	6.6	7.4	7.6	7.7	5.4	5.7	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9	7.1

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Panelas	2.7	3.0	4.0	4.4	5.0	5.9	7.1	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Picada Café	4.9	5.2	5.1	6.6	6.3	7.7	7.3	5.0	5.3	5.7	5.9	6.2	6.4	6.6	6.9

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Sobral	4.0	4.9	6.6	7.3	7.8	8.8	9.1	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1

Fonte: INEP, 2020⁶³

9º ano

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas de São Pedro	4.3	5.1	5.1	5.0	5.7	5.6	6.6	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brejo Santo	2.8	3.0	3.4	4.2	5.1	5.9	6.3	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Cocal dos Alves	3.4	4.1	4.5	4.2	5.0	5.3	6.4	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Novo Horizonte	3.5	3.3	5.1	5.1	5.9	6.2	6.7	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5

⁶³ Consulta ao IDEB por município no sítio eletrônico: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 4 jan. 2020.

	Ideb Observado							Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
Panelas	2.4	2.3	3.2	3.6	3.7	4.0	6.6	2.5	2.6	2.9	3.2	3.6	3.9	4.1	4.4

	Ideb Observado							Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
Picada Café	4.6	5.4	5.2	5.8	6.1	5.5	5.6	4.6	4.7	5.0	5.4	5.7	6.0	6.2	6.4

	Ideb Observado							Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
Sobral	3.3	3.5	4.0	4.4	5.1	6.3	7.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3

Fonte: INEP, 2020

*Os resultados destacados se referem ao IDEB que atingiu a meta.